



**Instituto de Humanidades
Bacharelado em Humanidades**

Regina Nené Argentina Có

**A Educação Inclusiva: ensino-aprendizagem de escrita na Escola
Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, na prática do
professor/a**

Redenção/CE

Março/2024

Regina Nené Argentina Có

A Educação Inclusiva: ensino-aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, na prática do professor/a

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Projeto de Pesquisa apresentado como requisito fundamental para obtenção de grau no curso de Bacharelado em Humanidade.

Banca:

Prof. Dr. Ivan Costa Lima (Orientador)

Prof. Dr. Fátima Bertini – (Examinadora)

Prof. Dr. Geranilde Costa e Silva – (Examinadora)

Redenção/CE

Março/2024

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	7
3. PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
4. OBJETIVOS	10
GERAL	10
ESPECÍFICOS	10
5. JUSTIFICATIVA.....	12
6. REFERENCIAL TEÓRICO	16
6.1 Educação escolar na Guiné-Bissau	16
6.2 Política de inclusão.....	18
6.3 Política para trabalhar com surdos/as.....	20
6.4 Formação de educadores/as para a inclusão.....	21
6.5. Bilinguismo	23
6.6 Língua de sinais na Guiné-Bissau	24
7. METODOLOGIA	27
- Instrumentos de pesquisa	28
- Sujeitos da pesquisa	28
8. CRONOGRAMA	29
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Educação Inclusiva no ensino-aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, a partir da prática do professor/a. Salienta-se que, o tema Educação Inclusiva é muito vasto, visto que, ela pode ser compreendida como uma construção moderna que tem como a finalidade garantir o direito de todos/as à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidade e a valorização das diferenças humanas, atentando, assim, às multiplicidades e diversidades sociais, étnicas, culturais, intelectuais, físicas e de gênero dos seres humanos, entre outras. Objetiva-se compreender qual a formação e metodologias utilizadas pelo/a professor/a que atua no ensino e aprendizagem de escrita junto aos estudantes surdos em Guiné-Bissau. Para tanto, valer-se-á da metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Assim, realizar-se-ão entrevistas semiestruturadas com os/as professores/as que atuam na educação das pessoas portadoras de deficiência auditiva/surdez. Espera-se que este estudo possa proporcionar conhecimento sobre o tema e, conseqüentemente, ampliar o entendimento sobre os instrumentos que possa melhorar o desenvolvimento educacional para o público-alvo e a sociedade, evidenciando sobre sua importância na disseminação de práticas educativas no processo do ensino inclusivo. Além disso, esta pesquisa, para a comunidade acadêmica pode representar uma ferramenta que estimule o desafio de conhecer melhor as estratégias metodológicas que orientam a realização do processo de integração na Guiné-Bissau.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, deficiência auditiva, formação de professores/as, ensino educacional na Guiné-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como tema a educação inclusiva, buscando-se a compreensão de como esta política educacional tem sido utilizada na Guiné-Bissau, em especial, na ação educativa de educadores/as que trabalham com estudantes surdos/as. Entende-se que este debate, nos dias atuais, tem sido bastante estudado, discutido e criticado, haja vista, o seu processo de implementação na educação guineense. Assim, considera-se ser de extrema importância na vida das pessoas e na sociedade, principalmente, no ensino escolar, pois, através da prática do professor/a pode-se permitir que o educando/pessoas portadoras de deficiências possam adquirir conhecimentos, habilidades e competências para se desenvolver socialmente.

Neste sentido, geograficamente, o local da realização da pesquisa situa-se na Guiné-Bissau. Um país situado na Costa Ocidental da África, com menos de dois milhões de habitantes, sua área territorial é de 36.125km², está dividido em nove regiões administrativas incluindo sector Autónomo Bissau, que é a atual Capital do país, sendo estas regiões subdivididas por sectores administrativos.

O país foi a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter sua independência desde 1973 e confirmada por Portugal em 1974. É um país com culturas diversificadas, composto por mais de 25 línguas étnicas, incluindo o crioulo uma das línguas falada por quase toda população, e o português como sua língua oficial, utilizada para o ensino escolar nas instituições públicas e em diversas atividades oficiais.

Falar sobre o fenômeno da inclusão, como pesquisa acadêmica, é falar do interesse em ter uma educação voltada à concretização do que está plasmada na Constituição da República da Guiné-Bissau no seu artigo 49ss, cita-se: a garantia do acesso à educação para todos os cidadãos.

Desta forma, discutir como este tema tem sido ou não realizado, por meio de políticas públicas, diz respeito à necessidade de uma melhor infraestrutura, que possibilite qualidade de vida social e cultural de todos os cidadãos, incluindo pessoas portadoras de deficiência, algo que se percebe ser ainda muito pouco praticado em Guiné-Bissau.

A convivência nesta sociedade, nos tem demonstrado que as pessoas portadoras de deficiência têm sido deixadas de fora do sistema escolar do país por muito tempo; alguns estudos como os dados estatísticos das pessoas com deficiência realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP 2009), apontam como razões o desestímulo familiares dessas pessoas, a sociedade em geral e a própria política pública

do país. Muitas vezes, esses deficientes têm sido tratados como incapazes, sendo escondidos/as no meio social e distanciando-os da necessidade que têm para aprender e ensinar aos ditos “normais”. Assim sendo, as pessoas com limitações físicas se sentem desvalorizadas por falta de motivação dos familiares, da sociedade e do próprio Estado para encararem o desafio de assumir suas capacidades e sabedoria.

Isso em função de um sistema político que a princípio não favorece o setor educativo, de modo geral, na Guiné-Bissau. Pois a realidade tem demonstrado que, os governantes guineenses só falam da educação escolar nos discursos, mas não criam políticas públicas equivalentes a sua concretização. E em seguida, colocam as responsabilidades educativas sob ombros dos docentes, esquecendo que, não criaram planos/políticas públicas sólidas para a educação escolar no país.

Nessa ótica, próprio estado pratica a exclusão das pessoas com deficiência. Esquecendo que, estes fazem parte e podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo. No entanto, para isso acontecer faz-se necessário investir em política de valorização e de inclusão que reconheça esse grupo e o trabalho árduo nas práticas dos docentes no processo educativo.

Com isso, aponta-se a pertinência das políticas públicas voltadas à inclusão e permanência como fundamentais na inserção de pessoas portadoras de deficiência, em nosso caso, as auditivas, como sujeitos com possibilidades de inserir no ensino e aprendizagem. E também como parte da reflexão na academia e na transformação social.

Face a essa realidade, traçamos como objetivo geral desta pesquisa compreender qual a formação e metodologias utilizadas pelo/a professor/a que atua no ensino e aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

Assim, apresentamos os elementos essenciais para a execução desta pesquisa, que se orienta pela ação de educadores junto aos estudantes surdos da Escola Nacional de Surdos e Mudos de Guiné-Bissau, indicando-se a problemática a ser perseguida, os objetivos e a base teórica e metodológica para alcançar o melhor entendimento deste fenômeno no país.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

O tema surgiu a partir do interesse em compreender alguns questionamentos a respeito da educação inclusiva, no quesito ensino e aprendizagem, a partir da prática do/a professor/a na Escola Nacional de Surdos e Mudos de Guiné-Bissau.

O conceito de Educação inclusiva é a forma de denominação adotada pela política educacional para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência na Guiné-Bissau, como possibilidade de atender as demandas internacionais¹ sobre o tema.

Sobre isto, lembrando realmente que o tema Educação Inclusiva é muito vasto, visto que, ela pode ser compreendida como uma construção moderna, que tem como a finalidade garantir o direito de todos/as à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidade e a valorização das diferenças humanas, atentando, assim, às multiplicidades e diversidades sociais, étnicas, culturais, intelectuais, físicas e de gênero dos seres humanos, entre outras.

A educação inclusiva em si não trata exclusivamente de um único aspecto, mas de diferentes limitações que recaem sobre as pessoas, desta forma ela tem a ver com incluir sujeitos com deficiência física, visual, auditiva, mental ou psicológica, mas também no que se refere à situação socioeconômica, local de nascimento e a identidade de gênero. Nesta ordem de ideia, esta proposta de pesquisa visa abordar, principalmente a Educação Inclusiva com a delimitação do tema referida a prática de professores/as que trabalham com o ensino-aprendizagem com estudantes surdos na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

Esta educação pode ser entendida como aquela que pode ocasionar uma transição da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos/as sem exceção.

De modo geral, as pessoas com deficiência em Guiné-Bissau, durante muito tempo, foram deixadas à margem da sociedade, e só a partir dos avanços nas discussões sobre o tema e do processo de legalização, que se deu a partir dos anos 2000, que se percebe uma maior preocupação com o tema. Momento onde se deu a implementação da Lei de Base de Sistema Educativo (LEBSE) na Guiné-Bissau, que buscou regulamentar o sistema educacional do país. Assim, em 2011 o governo iniciou a política da Educação

¹ Aqui faço referência aos tratados internacionais assinados pelo país sobre o tema.

Para Todos, o ano em que a realidade sobre a educação inclusiva vem se modificando. No entanto, ressalta-se que é um processo moroso e que estas leis são vagas por abordar a questão da deficiência no sentido geral, sem detalhar o tratamento das limitações em específico, dentre variáveis tipos de deficiências: física, auditiva, mental, visual e entre outras com relação ao assunto da educação inclusiva.

Observa-se que, a Constituição da República de Guiné-Bissau, aprovada em 1984, já traz no seu artigo 49º inciso número 1 e 2, que: “todo cidadão tem o direito e o dever da educação; o Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino” (GUINÉ-BISSAU, 1984, p.15). Porém, discuto que trata-se de uma cidadania sem levar em conta a dimensão de sexo, etnia, raça, cor ou as pessoas portadoras de qualquer outra deficiência, de forma mais evidente.

O país terá esta preocupação, somente a partir do Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau - 2022 – 2028 (PENEI-GB), um documento elaborado pela UNICEF, Humanité & Inclusion e Direção Geral da Educação Inclusiva na Guiné-Bissau, que estabelece os princípios e estratégias que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana no país.

No plano, em diferentes momentos se explicita os desafios da educação guineense, em especial, sobre a educação de crianças com deficiência que se apresenta igualmente muito precária.

O citado documento assinala que,

Segundo as auscultações levadas a cabo existem ainda práticas comunitárias de rejeição a crianças com deficiência (rejeição que pode chegar à eliminação física destas crianças), subtração destas crianças à vida comunitária, ausência de registo de nascimento, ausência de matrícula na escola, dificuldades no acesso físico à escola e inexistência de recursos pedagógicos específicos e ausência de políticas sistemáticas de apoio às escolas e à formação de professores. (PENEI – 2022-2028, p. 14).

Sobre isto, discute-se que acaba ocorrendo a supressão destas crianças à vida social e pública a partir de inúmeras formas, dentre elas, ausência de registo de nascimento, ausência de matrícula na escola, dificuldades no acesso físico à escola, acarretando por conta destes posicionamentos a inexistência de recursos pedagógicos específicos e ausência de políticas sistemáticas de apoio às escolas para a concretização da educação inclusiva (PENEI-GB, 2022-2028).

Assim, observa-se que na Guiné-Bissau as pessoas portadoras de deficiências, ainda enfrentam inúmeros desafios, que a cada vez exigem do estado a criação de políticas inclusivas sólidas e instituições que acolhem pessoas nessas condições. Apesar de ainda ser muito tímido e pouco notável, constata-se a existência do debate sobre este fenômeno há muito tempo no país. Existe movimentos de deficientes que exigem a inclusão, há conquistas alcançadas e mesmo com estas conquistas pode se considerar ainda muito frágeis as políticas direcionadas a suas demandas.

Para melhor compreensão, apresento o sistema educativo do país, que está estruturado em quatro níveis de ensino: o pré-escolar destinado às crianças dos 3 aos 6 anos (1º à 4º ano); o ensino básico às crianças dos 7 aos 12 anos (5º e 6º ano); o ensino secundário com uma duração de cinco anos dos níveis 7º ano ao 12º ano de escolaridade e o ensino superior. O país está na mesma dimensão de alguns países africanos, caracterizados por baixos níveis de escolaridade das pessoas portadoras de deficiência, apesar da ratificação de vários acordos e tratados internacionais, deveriam garantir o direito à educação iguais para todos.

Vale ressaltar que, as nomenclaturas surdo/a e deficiência auditiva difere do ponto de vista da situação ou estado em que se encontra a pessoa, isto é, a surdez implica a incapacidade total ou profunda de ouvir. Enquanto, a deficiência auditiva tem a ver com a limitação parcial causada por alguma perda auditiva que pode ser tratada com os aparelhos. De acordo com Brasil (2005), a pessoa com deficiência auditiva deseja permanecer no "mundo auditivo". Para isso, ela pode utilizar a leitura labial, audição residual, próteses auditivas, implantes cocleares, dispositivos auxiliares e outras tecnologias.

Na Guiné-Bissau segundo os documentos da política educacional inclusiva, que se baseia em documentos internacionais, posso teorizar que o uso das expressões surdos/as e deficiência auditiva, seguem o mesmo entendimento daquela que encontrei no Brasil.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

Dentro da educação inclusiva, essa discussão surgiu a partir do interesse em compreender questionamento a respeito da educação inclusiva no quesito do ensino da escrita para as pessoas surdas a partir da prática do/a professor/a na escola nacional de surdos e mudos de Guiné-Bissau, tentando responder neste projeto de pesquisa à seguinte pergunta:

- Qual é a formação e as metodologias utilizadas por professores/as que atuam na aprendizagem de estudantes surdos na Guiné-Bissau na Escola Nacional de Surdos e Mudos?

Para que haja aprendizagem, vale ter uma boa escola e bons profissionais na área de ensino. Diante dessa questão percebe-se que, para que uma pessoa portadora da deficiência entenda melhor o conteúdo ministrado na escola, além dela precisar de apoio dos familiares, precisa ter um/a bom/a profissional neste caso o/a professor/a, de maneira a se sentir confortável e incluída na sociedade.

4. OBJETIVOS

GERAL

Compreender qual a formação e metodologias utilizadas pelo/a professor/a que atua no ensino e aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau. Ficou claro

ESPECÍFICOS

- Compreender a política educacional referente a Educação Inclusiva na Guiné-Bissau, em especial na educação das pessoas portadoras de deficiência de surdez;
 - Entender a formação de professores/as e as políticas públicas para área de Educação Inclusiva na perspectiva da inclusão com foco nas portadoras de deficiência auditiva/surdas;
- Conhecer a atuação da escola de surdos e mudos da Guiné-Bissau para o atendimento educacional/metodológica dos estudantes portadores de deficiência auditiva/surdos.

- Trazer a atuação do professor/a dentro do espaço escolar para aprendizagem da escrita dos estudantes público-alvo da Educação Inclusiva, portadoras de deficiência auditiva/surdas.

5. JUSTIFICATIVA

Eu cresci em Canchungo, uma cidade da Guiné-Bissau, onde fiz o ensino secundário e médio. Posteriormente, mudei para capital do país (Bissau) a fim de cursar o Direito. Nessa altura, conheci um jovem portador de deficiência de nome Lázaro. Tornamos amigos e começamos a interagir e trocar as experiências sobre diferentes aspetos da vida cotidiana. Foi assim que comecei a mergulhar no mundo das pessoas portadoras de deficiência. Onde descobri que estes enfrentam uma série de dificuldade.

Assim, começou a surgir o interesse em realizar uma investigação sobre a temática da “educação inclusiva” virada para as pessoas com deficiência auditiva na Guiné-Bissau. Segundo Paulo Freire (1992, p.155), ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

O Lázaro foi fundamental na construção e tomada da decisão de aprofundar a investigação sobre este tema, pois nos momentos que partilhávamos juntos, me contava todas as dificuldades que passava no seio familiar, na sociedade e inclusive na escola onde estudava o ensino fundamental. E, por outro lado, ele partilhava comigo alguns assuntos ligados ao estudo dele, eu o admirava muito e aí pensei! Porque não trabalhar sobre este tema, para aprofundar mais sobre o assunto?

A partir daquele momento, comecei a pensar em como produzir algo ligado à educação inclusiva, principalmente, voltada para as pessoas surdas. Naquela época, eu ia para a escola de manhã, após as aulas chegava em casa e encontrava ele em casa, às vezes sentado à espera de mim. Era o meu parceiro, até o momento que saí daquele bairro e mudei para a casa do meu pai.

Estabeleci uma ligação desde aquele período e a curiosidade de saber mais sobre o assunto, só que não tive a oportunidade. Porém, mesmo com o percurso difícil de ir à escola - voltar para casa e passar para outras atividades, isto é, as tarefas de casa sem ter, no mínimo, um tempinho para repousar como qualquer outra criança da minha idade, eu fazia com todo coração reconhecendo de onde venho e para onde queria chegar.

Nesta trajetória educacional, às vezes nos dias que tinha ginástica (educação física) à tarde, aproveitava o tempo para praticar o esporte handebol; e a minha rotina de estudos era de madrugada. A noite me servia de repouso. Eu era exímia e persistente, esforçava bastante nos estudos para assimilar as matérias, facto que me permitia absorver o máximo necessário para transitar excelentemente. Os professores e os colegas comentavam entre

si! E alguns perguntavam para a minha mãe, como é que eu conseguia conciliar as duas coisas?

Depois da minha formatura no ensino secundário, comecei a cursar o Direito no ensino superior (Universidade Colinas de Boé em Bissau), felizmente, quando estava no meu último ano do curso surgiu a oportunidade da bolsa para Brasil, junto à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, no Ceará, onde eu me inscrevi no curso de Humanidades, passei pelo exame e consegui figurar no grupo dos estudantes que aprovaram.

Durante todo o trajecto acima referido e as experiências adquiridas pude compreender e questionar várias situações e acontecimentos principalmente, no que tem vindo a acontecer no meu país (Guiné-Bissau), em especial quanto a escolarização dos estudantes portadores/as da deficiência, seja ela de surdez, física, visual, mental, etc. Embora, existam algumas instituições de iniciativas privadas que trabalham com as crianças portadoras da deficiência, a título de exemplo: FUNDAÇÕES, ORFANATOS, CASA EMANUEL, SOS, ESCOLA BENGALA BRANCA entre outras, destaco a ESCOLA NACIONAL de SURDOS e MUDOS que é o foco do nosso tema da pesquisa, penso que números de instituições não conseguem dar conta de todas as crianças portadoras de necessidades especiais, o que faz com que muitos fiquem desamparados sem educação, cuidados e proteção pelo Estado.

Esta situação, tem vindo a inquietar-me, fazendo com que eu queira saber como é possível ou de que maneira as pessoas surdas conseguem aprender a escrita na escola, visto que, quase nunca tive a oportunidade de fazer parte com pelo menos um aluno/a com essa dificuldade, e o trabalho que uma escola realiza com estes deficientes.

Assim, o tema despertou em mim a curiosidade na perspectiva de entender sobre quais didáticas ou instrumentos podem ser valiosos ou mais úteis para o ensino dessas pessoas. Uma vez que, compreendo que o percurso acadêmico e da vida social, trazem aprendizagens que nos permitem conviver com a diversidade e a ter um outro olhar relativo a convivência social. Penso, que ao longo da nossa caminhada deparamos com vários desafios da vida, que poderão se manifestar de diferentes maneiras, até ao ponto, de em muitos momentos tornar-se uma pessoa limitada, cujo processo educativo de alguma maneira pode alterar. Neste sentido, observo o fato que a sociedade muitas vezes considera a deficiência como um problema, desta forma, questiono se é um problema ser portador de deficiência? Talvez para eles seja uma limitação como qualquer outro ser humano considerando que ninguém é absolutamente normal.

No caso dos surdos, há uma grande necessidade da sociedade ouvinte guineense se envolver no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência de surdez, principalmente, os professores/a e intérpretes dos sinais de comunicação gestual, pois isso, vai contribuir no desenvolvimento pleno do conhecimento do seu meio e da própria pessoa que enfrenta a deficiência. Sobre isto, questiono se a condição que uma pessoa portadora de deficiência de surdez enfrenta lhe tira a capacidade de aprender como os ditos normais?

Durante muito tempo, as pessoas portadoras de deficiências vêm atravessando por sofrimentos nas suas trajetórias. Hoje, como ontem, o estigma, discriminação e o preconceito ainda se encontra imbuído no íntimo dos indivíduos que constitui as sociedades, e a consequência deste sentimento, é a exclusão, que sempre esteve presente na vida dessas pessoas, como reflexo de atitudes da sociedade as quais pertenceram e pertencem.

Nos debates sobre a escolarização dos surdos/as, tem-se que a metodologia mais adequada para o ensino de escrita se daria por uma abordagem educacional baseada na concepção do bilinguismo, que visa tornar a pessoa com deficiência de surdez/surda, capaz de utilizar as duas línguas: língua de sinais e da comunidade ouvinte.

Tendo em vista essa situação, o objetivo geral deste trabalho visa compreender a metodologia de ensino e aprendizagem de escrita na escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

Com isso, o projeto se justifica por trazer uma reflexão crítica sobre a base fundamental desse trabalho, que é explorar o fenômeno educativo no contexto da política inclusiva, principalmente, ao se dar enfoque sobre a formação dos educadores/as para atuar no ensino e aprendizagem de escrita para as pessoas com deficiência auditiva/surdo na Guiné-Bissau, indicando-se os desafios do uso de metodologias que são indicadas na prática do professor/a.

Percebemos que na era da inclusão, isto é, a partir do momento que o mundo, em particular a Guiné-Bissau, começa a discutir sobre o tema, onde as pessoas com deficiência necessitam se preparar para assumir funções na sociedade e nos ambientes sociais, portanto, precisam se ter uma formação específica para se sentirem incluídas. De fato, estes indivíduos, necessitam apreender metodologias que fortaleçam sua autonomia na sociedade guineense, por isso, torna-se significativa a compreensão da forma como se dá a metodologia do ensino, da escrita e aprendizagem na escola Nacional

de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, conhecendo-se o trabalho realizado junto ao seus educadores/as na tarefa de realizar a integração de fato.

Este estudo irá proporcionar conhecimento sobre o tema e, conseqüentemente, ampliar o conhecimento sobre os instrumentos que possam melhorar o desenvolvimento educacional para o público-alvo e a sociedade, evidenciando sua importância contribuindo na disseminação de práticas educativas no processo do ensino inclusivo. Além disso, esta pesquisa, para a comunidade acadêmica pode representar uma ferramenta que estimule o desafio de conhecer melhor as estratégias metodológicas que orientam a realização do processo de integração na Guiné-Bissau.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste texto, abordaremos quatro tópicos: o primeiro discute o processo da educação escolar na Guiné-Bissau, o segundo tópico está relacionado a política da inclusão e, especificamente, a política para trabalhar com surdos, terceiro tópico reflete sobre a formação de educadores/as para a inclusão e, enfim, no quarto tópico debateremos o bilinguismo e a língua gestual na Guiné-Bissau.

6.1 Educação escolar na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau foi um dos países da África que não tinha a educação escolar nos moldes que se conhece hoje, antes do período da colonização, que demarca no país sua estrutura. A partir desse momento é que se fala da educação escolar, onde pode-se distinguir três fases importantes que nortearam este fenômeno: o período pré-colonial, período colonial e o período pós-colonial.

No período pré-colonial, os conhecimentos eram passados de geração em geração, através da oralidade, fenômeno que ainda se faz presente.

Assim, a educação era não formal, porque não tinha um lugar específico, ou seja, uma instituição escolar. Desta forma, também não existia currículo específico para ser ensinado, ela era baseada na prática ensinada pelos mais velhos, as práticas cotidianas, ligadas a agricultura, proteção do território, cultura, contação da história, entre outras que atendiam as necessidades do povo guineense, conforme Francisco de Macedo (1977, p. 159 - 160) aponta que:

[...] na Guiné-Bissau não havia escolas nem mestres no sentido clássico das palavras. Mas cada pessoa adulta, pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, era um professor. A educação não era um campo especializado da atividade humana. Estava inserida na vida, na atividade de cada um. (...) a importância da educação tradicional como uma experiência de educação não-formal e também a pensar que um estudo analítico e crítico das tradições do povo da Guiné-Bissau pode enriquecer os métodos pedagógicos e os sistemas educativos atuais, reconhecendo valores e experiências que foram indevidamente postos de lado durante a dominação colonial.

No período colonial, com a chegada dos portugueses em 1446 e a chegada da missão católica, a partir dos séculos XVI-XVII, discute-se que esse movimento tinha como finalidade dominar e incorporar suas ideologias aos povos africanos, aliás, fazer com que eles/as se tornassem homens europeus (Freire *apud* Cá, 2010, p.7). Desta forma, foram montadas escolas direcionadas para os filhos dos colonizadores, no

entanto, a educação escolar não era acessível para os nativos, tanto é que as normas impostas excluíaam as populações em frequentar estes espaços, assim como, negligenciaram as línguas étnicas das diferentes culturas existentes.

Argumenta-se que, essa estratégia da política portuguesa de implementar uma educação desproporcional no solo guineense foi para romper os costumes, as crenças, as línguas do povo, mantendo o domínio e a dita civilização europeia, tido como o modelo transnacional. Considera-se então, que a educação escolar que os colonizadores davam o povo não proporcionava-lhe a capacidade de pensamento crítico, mas sim, servia como exploração para a mão-de-obra. De acordo com Cá (2000, p. 7):

Com a dominação colonialista na Guiné, a cultura europeia cristã ocidental tentava penetrar na população por meio dos missionários, conforme os princípios de assimilação. A condição necessária para ter um cartão de identidade era saber ler em português e comportar-se como um civilizado. O crioulo, língua veicular do povo guineense, era proibido nas escolas e desprezado pelos portugueses.

Então, depois de um longo período, já para os séculos XIX-XX começa a ter inserção dos povos nativos originais nas escolas, mas em menor parte. Com o evoluir do tempo, tem-se o processo de luta pela independência do país, desta forma surge o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, o PAIGC. Com isso, o partido PAIGC começa a montar as escolas nas zonas libertadas durante o tempo da luta armada para a independência apesar de muitas dificuldades, escolas estas que tinham como prioridade combater o colonialismo e o analfabetismo.

O primeiro Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá, em 1964, definiu, em linhas bem claras, as características da educação dirigida para a formação do “homem novo”, capaz de manter uma luta conseqüente para descolonizar totalmente o país. O programa maior do PAIGC, elaborado naquele período, acentua a necessidade de reformar e reconstruir o sistema educativo. Entre os pontos mais importantes, pontua (Macedo,1977, p.166), encontravam-se os seguintes:

- Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos;
- Erradicação rápida do analfabetismo;
- Instrução primária obrigatória e gratuita;
- Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

A educação pós-colonial em Guiné-Bissau começou a partir dos anos 1970, quando o país se aproximava de sua independência dos portugueses, a partir disso tem-se assinatura de convênios e tratados internacionais para afirmar a educação escolar como uma instituição em prol do desenvolvimento do país, onde começam a se ter aulas que visavam formar os técnicos para reabilitar e romper com o modelo colonial.

Conforme sustenta, Ocuni Cá (2005, p.10):

A educação implementada na Guiné-Bissau no período pós-independência era vista como agente de institucionalização e fortalecimento do sistema político e econômico do país, o que nos permite fazer uma análise situacional das mudanças no sistema educacional guineense ao longo desse período.

De lá para Cá, o ensino escolar na Guiné-Bissau, tem-se desenvolvido num contexto de grande complexidade, resultados das cíclicas crises políticas e econômicas, associada a descontinuidade governativa do estado, onde os sucessivos governos têm enfrentado grandes complicações técnicas e incapacidade financeira para acionar mecanismo de investimentos e controle do sector educativo considerando prioritário para o desenvolvimento do país.

Sobre isto, pode-se apontar que o ensino escolar, não conseguiu cumprir o seu papel devido fatores de várias ordens: os problemas de gestão escolar, de infraestrutura e modernização do acesso e de qualidade: dos programas de ensino (obsoletos); disparidade dos conteúdos nas escolas; falta de professores qualificados para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência auditiva; problemas de manuais escolares, entre outras dificuldades². (BARBOSA, 2004).

6.2 Política de inclusão

A Guiné-Bissau é um país com deficit nas políticas públicas voltadas para as pessoas portadoras de deficiências, principalmente, no quesito da inclusão. Percebe-se que a Constituição de República estabelece no seu artigo 49º inciso nº 1 e 2, onde se lê que é garantido o acesso à educação para todos. Já a Lei de Base do Sistema Educativo (LEBSE, 2011) no seu artigo 39º destacou a garantia do acompanhamento e complemento pedagógicos aos alunos com necessidades especiais educativas, que também falou pouco

² A situação das cíclicas crises políticas e as sucessivas greves nas escolas públicas demonstra a realidade de tudo que foi mencionada em cima e o facto de eu mesma fazer parte desta sociedade tive a oportunidade de estudar na mesma situação, tudo isso explica que as políticas públicas precisam ser melhoradas.

sobre a concretização da inclusão.

Sobre isto, de acordo com os dados estatísticos das pessoas com deficiência realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2009) com o apoio financeiro da Plan Internacional, revelam que 57,4% da população com estas características em idade escolar se encontra fora do sistema de ensino. Uma análise comparativa por sexo revela que as mulheres com deficiência são as mais desfavorecidas, pois representam cerca de 71,8% da população com deficiência que jamais frequentou um estabelecimento de ensino, contra 45,1% dos homens. Por outro lado, apenas 16,3% das mulheres que alguma vez frequentaram escolas contra 48,8% dos homens e por fim, cerca de 8,8% das mulheres que estão a frequentar, contra 11,5% dos homens. Estes dados de acesso à educação para as pessoas portadoras de deficiências no país, coletados por (INEP) e publicado pelo relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau em 2010/2012, possibilita-nos entender que, a política do Estado guineense, em particular, o órgão de Governo encarregado de implementar a política da inclusão na educação o Ministério de Educação Nacional não contempla iniciativas que visam incluir as pessoas portadoras de deficiências nas escolas, mesmo que o país seja signatários de acordos internacionais sobre o tema.

Com isso, observa-se que, até hoje, nas escolas públicas não é evidente a inclusão, salvo, as instituições das iniciativas privadas: AGRICE, CASA EMANUEL, SOS, ESCOLA BENGALA BRANCA entre outras que acomodam estes indivíduos e, aparentemente, não há efetividade das políticas públicas que visam a inserção e a proteção destes no acesso ao ensino no País.

Assim, comprova-se a partir do relatório da Liga dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (LDH-GB, 2010/2012) que, a pouca presença da entidade que gere o ensino no País, pois, não tem colaborado para uma verdadeira inclusão das pessoas portadoras de deficiências e permitir que as escolas facilitem estes no acesso ao ensino em todas as etapas da vida acadêmica.

De acordo com Fontes (2009, p. 11):

A educação inclusiva deve ser entendida como um *continuum* de inserção do aluno com necessidades educacionais especiais ao sistema de ensino regular o que pressupõe simultaneamente a adaptação da instituição e da filosofia escolar para receber esse aluno e a adaptação deste para ser incluído no processo educacional.

Neste caso, vale realçar a importância de promover o acesso à educação para

todos no seu sentido concreto e efetivo, incluindo todo mundo, independentemente, da sua condição e estado econômico, físico, social e cultural. A Guiné-Bissau, a partir do momento que assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 24 de setembro de 2013, que começou a vigorar no ano 2014.

6.3 Política para trabalhar com surdos/as

Conforme apontado anteriormente, o país está com dificuldades em implementar a educação inclusiva, inclusive também as políticas públicas para desenvolver educação para todos, tendo em vista que muitos dos seus cidadãos ficam de fora do sistema educativo, incluindo-se às pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Conforme aponta Barros, *et al.* (2018 *apud* IALÁ, 2021) vale destacar que foi iniciado a formação dos técnicos profissionais do Ministério da Educação e os professores/as para domínio da educação inclusiva. O pesquisador afirma que, em 2010, foi assinado um acordo tripartite com a finalidade de colocar os professores/as na sala de aula das escolas administradas pela Associação das Pessoas com Deficiência (AS-GB) e Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE), felizmente, houve resultado favorável em que a própria escola formou o seu corpo docente – integrado pelas pessoas com deficiência. Estas organizações referidas são criadas com o intuito de exigir a proteção e a garantia dos direitos das pessoas com deficiências.

De acordo com a Constituição de República da Guiné-Bissau de 1984, no seu artigo 24º, advoga que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (p.15).

Desta forma, pode-se argumentar que o país está munido de normas e legislações que dão direitos às pessoas com deficiência tanto para igualdade humana ou social e quanto para sua inclusão escolar. Mas, percebe-se que, apesar de existir tantas leis, a política da inclusão e as estratégias para trabalhar com surdos/as, ainda está no processo por escassez dos educadores voltados ao ensino-aprendizagem dessa classe. Segundo Barretta e Canan (2012), no artigo intitulado “Políticas públicas de educação” ressaltam que não é suficiente a constituição de uma política educacional bem definida ou ter as normas bem elaboradas, o importante é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do

principal sujeito da esfera educacional do aluno/a e consideram ainda que a política pública educacional só terá sentido quando todos os intervenientes estão em conformidade no sentido de mudar o paradigma, porque não é um assunto individual e nem singular, mas sim coletivo.

6.4 Formação de educadores/as para a inclusão

Realmente, os centros de formação de professores na Guiné-Bissau não têm disciplinas que discutam as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência auditiva por não terem recursos humanos nesta área, conforme afirma o autor do artigo intitulado “Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau” Jailson Carlos Nanque (2022), os educadores/as que atuam nesta área são formados por iniciativas próprias e pelo apoio das ONGs e comunidade internacional.

Discute-se que o papel deste profissional é fundamental, pois, segundo Mendes de Oliveira (2014), o professor/a tem um papel promissor no processo de ensino e aprendizagem, visto que, ele é um mediador, facilitador e gerenciador do conhecimento, valorizando a experiência e o conhecimento internalizado de seu aluno/a na busca de sua formação como pessoa capaz de pensar, criar e vivenciar uma nova experiência, assim como, da formação de sua cidadania, não apenas aquele que detém a informação, ele ainda faz parte do processo pedagógico efetivo.

Dessa forma, Libânio (1998, p.29, *apud* MENDES DE OLIVEIRA, 2014), afirma que o professor/a medeia a relação ativa do aluno/a com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno/a traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar.

Nesse sentido, o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio do aluno/a tem de ser respeitado e ampliado. Se isso diz respeito aos estudantes considerados normais, tem-se que o ensino e aprendizagem das pessoas surdas é um processo muito complexo, necessitando de tratamento diferenciado e especial, levando em consideração a demanda da circunstância.

Diante disto, pode-se afirmar que o processo de implementação do ensino inclusivo e adaptação da metodologia do ensino e aprendizagem de estudantes surdos/as, nos leva a discutir o bilinguismo, isto é, a necessidade de se ensinar e aprender a língua de sinais, para efetivar o processo de escrita para pessoas surdas na Guiné-Bissau, para

tanto o/as professores/as necessitam ter uma formação desta linguagem. De acordo com Lacerda (2006, p. 163),

O aluno surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece. Ele é um estrangeiro que tem acesso aos conhecimentos de um modo diverso dos demais e se mantém isolado do grupo (ainda que existam contatos e um relacionamento amigável). A questão da língua é fundamental, pois, sem ela, as relações mais aprofundadas são impossíveis, não se pode falar de sentimentos, de emoções, de dúvidas, de pontos de vista diversos. As entrevistas revelam que a relação do aluno surdo com os demais se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente "imaginadas por todos" como satisfatórias e adequadas. Ele, por não conhecer outras experiências, só pode achar que este ambiente em que vive é bom: tem amigos, vai à escola todos os dias, é bem tratado e tem intérprete. Todavia, tudo isso se mostra precário, longe daquilo que seria desejável para qualquer aluno de sua idade.

Por outro lado, este autor reforça que o ensino da língua de sinais também confere uma possibilidade de reconhecimento e identificação dos estudantes surdos/as:

Outro ponto importante, no que tange às questões de desenvolvimento, é que o aluno surdo, como qualquer criança que frequenta o ensino fundamental, está em processo de desenvolvimento de linguagem, de processos identificatórios, de construção de valores sociais e afetivos, entre outros. É na escola que as crianças aprendem e aperfeiçoam formas de narrar, de descrever, modos adequados de usar a linguagem em diferentes contextos, ampliando seu conhecimento linguístico, e experimentam regras de convivência social, regras de formação de grupo e de valores sociais fundamentais para a adaptação da vida em sociedade. É também na escola que emoções e afetos são vividas de forma mais aberta, menos protegida, propiciando sucesso, insucesso, ciúmes, competição, raiva; sentimentos importantes de serem conhecidos e exercitados para o convívio social. Além disso, é nesta etapa da vida que os processos identificatórios se consolidam e o aluno surdo, sozinho no ambiente escolar, em sua condição de surdez, pode, por isso mesmo, enfrentar uma série de dificuldades.

A partir disto, entende-se que a figura do professor/a é muito importante no processo de ensino e aprendizagem, porque é orientador e mediador, levando os seus alunos/as a se compreenderem-se através das produções das metodologias e ensino dos sinais gestuais para a comunicação.

Na Guiné-Bissau o ensino de escrita para pessoas surdas é um assunto recente, visto que, o próprio sistema educativo está numa situação de precariedade o que dificulta ainda mais na execução dos processos.

6.5. Bilinguismo

A noção de bilinguismo e também da educação bilíngue é muito complexo, levando em consideração diferentes olhares deste fenômeno e pode levar a várias perspectivas ao se definirem, por sua variedade de contexto.

Segundo Barros, et al. (2022) na atualidade, os estudos linguísticos sobre as línguas de sinais, aliados a pesquisa em educação de surdos/as, formam a base de uma tendência filosófico-pedagógica, que ficou conhecida como bilinguismo para surdos/as. Nesse sentido, a educação bilíngue para surdos tem sido compreendida como o uso da língua de sinais como primeira língua e língua de instrução, e o uso da língua oral nacional como segunda língua na modalidade escrita.

Para esta corrente, o ato sistemático e contínuo de reproduzir o conhecimento, pode ser construído a partir de textos explicativos digitalizados, por descrição verbal para assimilação dos sinais e pela produção de materiais didáticos adaptados para pessoas com deficiência. Portanto, segundo (Miranda, 2016), na educação dos surdos/as pode se desenvolver em diferentes direções, ao longo do tempo.

Existiam professores que divergiam quanto ao método mais indicado para ser adotado no ensino dos surdos/as. Uns acreditam que o ensino deveria priorizar a língua falada – Método Oral Puro – e outros a língua de sinais, além do ensino da fala com sinais – Método Combinado ou Bilinguismo.

Segundo Skliar (1998), houve a partir do século XIX, conflitos entre estas duas alternativas pedagógicas do melhor método que visa reinserir o surdo na sociedade: de um lado a alternativa do uso de sinais, também chamando de Datilologia de Abade de L'epée, que consistia em comunicar-se por via de gestos com a mão. E por outro lado, conforme Strobel (2009), a alternativa oposta, defendida por vários autores, acreditam na modalidade oral da língua, pois seria a única forma desejável de comunicação do surdo. É importante salientar que o recurso da Língua de sinais apresenta-se de forma autônoma e reconhecida, visto que possui uma organização linguística semelhante à língua oral. De acordo com Almeida (2014, p. 12),

o paradigma que concerne a esta questão está relacionado com o fato de que a academia, bem como os estudos, de um modo geral, na área de educação de surdos, possui uma marca do pensamento Aristotélico, estabelecendo uma abordagem educacional voltada para a filosofia do oralismo que estabeleceu toda uma produção em torno da visão clínica da surdez, constituindo a fala como uma necessidade de solução da inserção do Surdo na sociedade. Portanto, quem afirmasse algo como “aprendizagem da fala dentre umas e

outras possibilidades por meio de diversos métodos, e que nem mesmo é o mais significativo deles”, estaria fadado a ser considerado um “ouvintista”. Posteriormente, observações demonstraram que esta visão era falha e foi sendo substituída, após intensas e diversas resistências por parte da comunidade surda na luta pelo reconhecimento da língua de sinais e que, por sua vez legítima sua cultura e especificidade linguísticas em todas as suas produções, principalmente a partir dos estudos do linguista Stokoe, em 1960, que reconhece o status linguístico da língua de sinais, por meio da língua de sinais Americana (ASL)”.

De acordo com Goldfeld (2017), e outros estudiosos, os primeiros educadores/os surdos surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino. Alguns utilizavam a língua oral auditiva, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual) e outros códigos visuais, podendo ou não associar esses diferentes meios de comunicação.

Esta ideia demonstra a complexidade de enquadrar um único padrão de metodologia para o ensino de escrita e aprendizagem para pessoas com o problema de audição, mas que atualmente o método mais utilizado é o bilinguismo a existência de dois sistemas linguísticos diferentes (a fala e sinais).

6.6 Língua de sinais na Guiné-Bissau

Conforme encontrado em poucos materiais disponíveis sobre ensino e aprendizagem de pessoas surdas na Guiné-Bissau, um elevado número de pessoas (não portadores de deficiência) olham para pessoas portadores de deficiência como aqueles que não podem frequentar escolas aprender e produzir o conhecimento devido suas limitações. Assim, os deficientes perdem as oportunidades, porque as famílias se envergonham deles e os limitam do meio social. Desta forma, pelo trato, torna-os insignificantes na família e sociedade. De modo que, eles perdem o espaço para demonstrar as suas capacidades de aprender e produzir em qualquer ramo da vida. Por outro lado, observa-se que a falta do método e as ferramentas como base fundamental que pudessem nortear a prática docente nas escolas para a materialização do processo de ensino e aprendizagem destas pessoas sustenta o ponto de vista culturalista da sociedade guineense de excluir mais ainda essas pessoas. Isto é, falta de materiais, falta de profissionais da área e falta de metodologias que atrai para aprendizagem.

Sobre isso, encontra-se o relato de Martins (2013, p. 67), que busca registrar os desafios da educação dos surdos/as, tendo-se algumas iniciativas para a produção de um material específicos para este público:

Na Guiné-Bissau, eram muitos os surdos sem acesso à língua, à educação e mesmo ao registo da sua identidade. A partir de 2003, os surdos começaram a recorrer à escola de cegos, tendo ultrapassado em muito o número daqueles alunos. Em 2005, a escola de cegos percebeu que não tinha condições para ensinar surdos e pediu ajuda à Associação Portuguesa de Surdos (APS) que, por também não ter capacidade de apoio, ofereceu alguns materiais em LGP. Naquele mesmo ano, com a indicação da APS, viajaram para Bissau uma docente surda, Marta Morgado e uma linguista, Mariana Martins, para avaliar a situação dos surdos. Observou-se que os professores se comunicam com os surdos com base em gestos retirados do Gestuário, que, por serem visualmente estáticos, eram executados com pouco ou nenhum movimento. Vale ressaltar que as crianças e jovens surdos se comunicam entre si, embora a um nível ainda básico, num sistema visual codificado.

Para tanto, o referido autor indica que o conjunto de gestos existentes, mesmo que limitados, contribuíram para o exercício de se constituir uma linguagem própria na Guiné Bissau:

Constatou-se que já tinham nomes gestuais e que os gestos nativos utilizados não tinham qualquer influência da LGP. Após uma seleção, pela expressão e domínio daquela comunicação gestual, juntou-se um pequeno grupo de surdos para se registarem alguns gestos básicos, num primeiro dicionário da sua Língua Gestual Guineense (LGG). O objetivo era fixar um primeiro momento linguístico, visto que ainda havia bastante oscilação nas produções gestuais. Os participantes discutiam o conceito e a forma para a sua representação linguística, tendo sido notória a economia do gesto final e a capacidade de segmentação no registo em fotografia. Como resultado deste trabalho, registaram-se 220 gestos. Em 2006, devido ao aumento exponencial dos alunos surdos foi criada a Escola Nacional de Surdos, que passou a utilizar salas em simultâneo, aproximando os turnos dos grupos de surdos para que desenvolvessem um maior contacto. Ainda nesse ano, a docente surda e a linguista regressaram, mais uma vez como voluntárias, para voltar a juntar um grupo de surdos, agora alargado, com o objectivo de aprofundar o registo da LGG. Através da estimulação com imagens, conseguiram duplicar a coleta, desta vez em vídeo, para cerca de 500 gestos, e adequar o dicionário a uma utilização pedagógica, tendo sido bastante visível a evolução da língua em apenas um ano de convívio daquela centena e meia de surdos. Portanto, o processo do ensino evoluiu de tal forma devido ao grande esforço de associação mentora deste projeto.

Portanto, para Cabi & Timbane (2023), a concretização do processo de ensino e aprendizagem de escrita para pessoas com deficiência auditiva na Guiné-Bissau teve como processo o esforço de intervenção e apoio da comunidade portuguesa, através da docente surda e uma linguista, Marta Morgado e Mariana Martins. Como resultado disso, a Língua Gestual Guineense parece ter contribuído para atualizar seu uso para um grande número de pessoas surdas nas escolas, condição que este projeto pretende também perceber.

Desta forma, a partir da Escola Nacional de Surdos tem-se notícias de que se investiu no ensino Bilíngue e, sobretudo, nestes professores/os surdos que atuam nessa escola para dinamizar o desenvolvimento da língua gestual guineense nas escolas. Discute-se que esta ação pode ter contribuído para alterar os olhares para os surdos/as como incapazes, como se não tivessem direitos. Conforme pontuado, ao longo deste projeto, os direitos à educação desses estudantes eram discriminados. Tendo em vista, que os surdos, em grande maioria, estavam quase como escondidos pelas famílias. Não tinham cartão de identificação, portanto eram completamente ostracizados, no geral.

Neste sentido, pode-se discutir que, com a criação da Escola Nacional de Surdos, há de ter mudanças nessa mentalidade. Da mesma forma, que a criação da Associação de Surdos, pode ter contribuído também, já que houve muita publicidade na rádio, na televisão, e mostraram que os surdos são capazes e têm direitos, mostraram que são pessoas iguais à todas as outras que podem ter um desenvolvimento. E o dicionário também ajudou bastante na divulgação dos termos e o instrumento para municiar os professores na prática pedagógica (CABI & TIMBANE, 2023).

7. METODOLOGIA

Toda pesquisa como trabalho científico exige uma metodologia para se chegar a um determinado resultado. Para tanto, nos valeremos da metodologia de pesquisa do método qualitativo.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

Num primeiro momento será feita a coleta de dados a partir da exploração bibliográfica de artigos, livros, TCC, revistas científicas, para utilizar como citações. A pesquisa bibliográfica, segundo Boccato (2006, p.266):

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

A pesquisa bibliográfica é importante desde o início de uma pesquisa científica, pois é através dela que começamos a agir para conhecer o assunto a ser pesquisado, ou seja, desde o início, o pesquisador deve fazer uma pesquisa de obras já publicadas sobre o assunto pesquisado, investigando as conclusões e se ainda é interessante desenvolver a pesquisa sobre esse determinado assunto.

Em toda pesquisa científica é importante apresentar o embasamento teórico ou a revisão bibliográfica que é elaborada na investigação de obras científicas já publicadas, para que o pesquisador adquira o conhecimento teórico. Acreditamos que estas ferramentas irão nos proporcionar várias informações para elaboração deste trabalho.

Num segundo momento, pretendemos realizar uma pesquisa de campo que tem a finalidade de observar fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade em Guiné-Bissau, onde iremos realizar a busca de informações sobre a instituição a ser pesquisada, que é a Escola de Surdos e Mudos. Uma instituição fundada pela Associação dos Surdos e Mudos de Guiné-Bissau, uma organização não-governamental sem fins lucrativos com personalidade Jurídica e patrimonial, fundada em Abril de 2000 e legalizada cinco anos mais tarde. A escola foi inaugurada em Março do ano 2014,

objetiva satisfazer as necessidades educacionais das crianças que a frequentam (surdos, cegos, mudos...), ela fornece os materiais didáticos aos alunos, refeições diárias e a capacitação dos professores.

Como base fundamental para este trabalho é explorar os fenômenos no contexto da educação inclusiva, principalmente o enfoque no ensino-aprendizagem de escrita para as pessoas portadoras de deficiência.

- Instrumentos de pesquisa

Realizar-se-á entrevistas semiestruturadas partindo da liberdade de expressão que permite o/a entrevistado/a fazer uma abordagem sobre o tema sem um esquema rígido de questões: num primeiro momento, com os gestores/as da Escola, para compreender seu funcionamento. Em seguida com os professores/as que atuam na educação das pessoas portadoras de deficiência de surdez, como forma de evidenciar quais seus desafios para a escrita com estes sujeitos.

Para Marconi e Lakatos (2003, p.195), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Para este trabalho utilizaremos como base de referência bibliográfica: artigos, livros e revistas científicas para coletar as informações e explorá-las e a realização deste projeto de pesquisa irá garantir a fidedignidade e evitar os estereótipos correlação ao tema.

- Sujeitos da pesquisa

Esta pesquisa tem como público-alvo os professores/as que atuam no ensino - aprendizagem com pessoas portadores de deficiência de surdez na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

8. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2023.1	2024.1
Construção do projeto de pesquisa	X	
Planejamento da Pesquisa	X	
Levantamento e Revisão Bibliográfica sobre o tema Educação Inclusiva na Guiné-Bissau	X	
Realização de Entrevistas		X
Composição parcial do Texto	X	X
Conclusão da pesquisa		X

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Wolney Gomes. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Editus, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457-02.pdf> . Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Barbosa, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf> . Acesso em: 18 de Outubro de 2023.

Barretta, E. M; Canan, R. S. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos Legais**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181> . Acesso em: 16 de Outubro de 2023.

Barros, Débora da Silva (*et. al*). **Proposta de sequência didática de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos do ensino fundamental**. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguagem, Cultura e Formação Docente) – Universidade Federal Rural da Amazônia. Tomé-Açu, PA, 2022. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2495>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024

Boccatto, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2005). Decreto-lei n.º 5.626, janeiro de 2005.

Cá, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. 1-259 p.

Cabi, Lucas Augusto; Timbane, Alexandre António. A criação do primeiro Dicionário da Língua Gestual Guineense, um desafio linguístico. (Entrevista). Njinga & Sepé: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.403-415, mai. 2023.

da Costa Lacerda, Anderson. A comunicação utilizada pelos surdos ea comunicação utilizada entre as deficientes auditivas suas diferenças. **Revista Observatório** , v. 4, pág. , 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c6fe/1e8f5331defcd4a61eae4f59d7d152057220.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Liga Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Recuperado em, v. 4, 2012. Disponível em: <http://lgdh.org/relatorioLGDH-Completo%2015Jan.pdf>

Freire, Paulo. Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender o caminho caminhando, refazendo e retocando o SONHO pelo qual se pôs a caminhar. 1992. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/18/escola-e-afetos-o-resperancarr-como-acao-pedagogica-em-uma-favela-do-rio-de-janeiro> Acesso em: 25 de Janeiro de 2024.

Fontes, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Junqueira&Marin Editores, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gbN2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=quais+os+autores+que+definiram+a+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva+e+como&ots=MimRF9Zwz_&sig=RusuTh-nT4QzwWaFNCxdrABlk00#v=onepage&q=quais%20os%20autores%20que%20definiram%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e%20como&f=false. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Goldfeld, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. Plexus Editora, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bM_MhU5SUWsC&oi=fnd&pg=PA17&dq=GOLDFELD,+M%C3%A1rcia,+A+criança%C3%A7a+surda:+linguagem+e+cogni%C3%A7%C3%A3o+numa+perspectiva+sociointeracionista.+Plexus+Editora,+1997.&ots=iVTgBn9007&sig=igAKJ2vDi4ma5YdMJq2TRfI-ul#v=onepage&q=GOLDFELD%2C%20M%C3%A1rcia,%20A%20crian%C3%A7a%20surda%3A%20linguagem%20e%20cogni%C3%A7%C3%A3o%20numa%20perspectiva%20sociointeracionista.%20Plexus%20Editora%2C%201997.&f=false. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cadernos cedes, v. 26, p. 163-184, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBnBcFc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Silva Lopes, Luísa et al. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro (Portugal).

De Macedo, Francisco. **A educação na República da Guiné-Bissau: o passado, as transformações do presente, as perspectivas do futuro**. 1978. Disponível em:

https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/macedo_1977.pdf Acesso em: 25 de Janeiro 2024

Marconi, M. de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

Martins, Mariana; Morgado, Marta. Guiné-Bissau: o nascimento da língua gestual. **Cadernos de Saúde**, v. 6, n. Especial. 2, p. 67-67, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/unicafe.labti41.002/localunicafe/Argentina/Downloads/3097-Outro-6398-1-10-20191119%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/unicafe.labti41.002/localunicafe/Argentina/Downloads/3097-Outro-6398-1-10-20191119%20(4).pdf) . Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

Minayo, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suelli Ferreira. (org). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Minayo, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

Miranda, Dayse Garcia. **Material didático digital: nova forma de o aluno surdo “ler” e “interagir” com os conteúdos educacionais?**. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5771/577161381014/html/> . Acesso em: 18 de Outubro de 2023.

Nanque, Jailson Carlos. 16. Políticas públicas para as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau: Pulitikas publikas pa djintis ku tene difisiensia na Guiné Bissau. **NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, v. 2, n. 2, p. 263-284, 2022. Disponível em: <https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1062> . Acesso em: 18 de Outubro de 2023.

Oliveira, Wilandia Mendes. **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem**. Resumo. Inesul, Londrina, 2014. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf . Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Radio Sol Mansi. Disponível em: [.DIRECTOR DE ESCOLA DOS SURDOS E MUDOS QUER MAIS CONSIDERAÇÃO AOS DEFICIENTES | Nacional \(radiosolmansi.net\)](https://www.radiosolmansi.net/). Acesso em: 24 de setembro de 2023.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022 – 2028**. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/media/2136/file/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20para%20a%20Guin>

[%C3%A9-Bissau%202022%20%E2%80%93%202028.pdf](#) Acesso em: 24 de setembro de 2023.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Assembleia Nacional Popular. 1984. Disponível em: <https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf> . Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Skliar, Carlos. **A atualidade da educação bilíngue para surdos**. 1998. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/963> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Strobel, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: https://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf Acesso em: 25 de Janeiro de 2024.